



7 • Correio Braziliense — Brasília, quarta-feira, 20 de março de 2024

Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo R\$ 1.412	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,45% São Paulo	127.690 14/3 15/3 18/3 19/3	R\$ 5,029 (+0,08%)	Últimos 13/março 4,976 14/março 4,987 15/março 4,998 18/março 5,025	R\$ 5,465	11,15%	10,71%	Outubro/2023 0,24 Novembro/2023 0,28 Dezembro/2023 0,56 Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83

TRIBUTAÇÃO/ Após vários meses de discussão, governo e bancada evangélica se entendem sobre PEC da isenção a pastores e outras lideranças religiosas. Seguindo proposta da Fazenda, as igrejas não deixarão de recolher, mas receberão valor de volta

Governo vai criar o cashback das igrejas

» HENRIQUE LESSA

Com a queda na popularidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em especial nos grupos evangélicos, o Planalto intensifica a busca por se aproximar dessa camada da população. Depois de muita negociação com a área econômica, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, anunciou, ontem, que o governo vai apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que amplia os benefícios fiscais a entidades religiosas.

Padilha comemorou o acordo e pontuou que o tratamento que o governo, por meio do Ministério da Fazenda, vinha dando ao assunto é tributário, e aproveitou para faturar politicamente. “Esse acordo desmonta as fake news de que o presidente Lula perseguiu igrejas”. Padilha se referia à decisão, em janeiro, da Receita Federal, de acabar com a isenção para pastores, criada em julho de 2022, no governo Jair Bolsonaro, em meio à corrida presidencial.

A suspensão do benefício causou uma verdadeira romaria de parlamentares evangélicos ao ministério, na tentativa de reverter a decisão. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, criou um grupo de trabalho para discutir o assunto.

Entendimento

Pela empoação, ontem, do autor da PEC, o deputado e bispo Marcelo Crivella (Republicanos -RJ) — sobrinho do bispo Edir Macedo, dono da TV Record e líder da Igreja Universal do Reino de Deus —, ao menos esse segmento do público evangélico pode voltar a se aproximar do governo Lula.

“Temos agora um governo que entende isso, que está investindo em algo que é fundamental, que é a fé do povo. Igreja forte é

crime fraco, igreja forte é família forte, pátria forte, sociedade forte”, disse o deputado na saída da reunião no Ministério da Fazenda, que fechou o acordo em torno do teor da PEC.

Questionado por jornalistas se a medida poderia ampliar a popularidade do governo Lula, Crivella foi direto e disse que sim. “Essa medida é importantíssima para mostrar ao Brasil que esse governo não é contra as igrejas”, disse o bispo.

Apesar da estratégia do Planalto focar no público evangélico, Padilha ressaltou que a medida atenderá a todas as denominações religiosas. “Na reunião com o Ministério da Fazenda e uma comissão da PEC de imunidade tributária para todas as religiões, que está na Câmara dos Deputados, fechamos um acordo sobre o texto. Como eu disse desde o começo, o tratamento que o governo dá para esse tema é o tratamento tributário, no texto da PEC ficou fechado e ele estará de acordo com o que está na reforma tributária”, disse Padilha.

O ministro também apontou que o acordo delimita a expansão da imunidade, que valerá para todas as igrejas, sem distinção, mas limita o benefício a ações, de tempo determinado, relacionadas a mobilizações, campanhas para acolhimento, campanhas nas comunidades e atividades assistenciais.

Cashback

O acordo com as igrejas modificou dois importantes pontos em relação ao texto que circulava no Congresso. O primeiro é que a isenção não será imediata, ela funcionará por meio do cashback. Com a modalidade, defendida pelos técnicos da Fazenda, os tributos serão pagos e só depois reembolsados pelo governo, após a solicitação das entidades religiosas.

Redes Sociais/Marcelo Crivella



Deputado e bispo Marcelo Crivella, autor da PEC que prevê isenção tributária para líderes religiosos, saiu satisfeito com acordo com Planalto



Temos agora um governo que entende isso, que está investindo em algo que é fundamental, que é a fé do povo”

Marcelo Crivella,
bispo e deputado federal pelo Republicanos

O relator do projeto na Câmara, deputado Fernando Máximo (União-RO), disse que o modelo será positivo pois evitará desvios e fraudes, com terceiros usando os dados cadastrais de entidades religiosas ao fazer compras.

Outro aspecto alterado na negociação é que a isenção de igrejas e templos não será estendida para empresas controladas por essas entidades. Máximo afirmou se preocupar com a alteração, mas julgou uma mudança aceitável para a aprovação da proposta. “Nós conseguimos um meio-termo, que é bom para as instituições”, disse.

“Os templos não podem ter geração de renda, por exemplo,

a igreja que tiver um posto de combustível, isso não vai contar. Nos dá um pouco de medo porque alguns orfanatos, alguns asilos, têm alguma coisa de manufatura, de venda de imóveis para manter o próprio orfanato, mas para ter um acordo tivemos que aceitar para ser aprovado”, disse Máximo

Lei complementar

O acordo para aprovação da PEC estabeleceu que uma lei complementar fará a regulamentação das isenções, onde serão definidas quais instituições terão direito ao benefício e quais serão as regras para a solicitação dos reembolsos.

Temas polêmicos com a tributação sobre o salário de religiosos — conhecido no meio evangélico como prebenda e no católico como côngrua —, que após a Receita mudar o entendimento e começar a exigir a tributação, gerou um grande mal-estar com a bancada evangélica, devem ficar para definição na elaboração da lei complementar. Padilha, questionado sobre o tema, apenas indicou que o assunto ficará para a lei complementar.

Com o acordo fechado, agora, a bancada evangélica espera que a emenda seja votada ainda esta semana na Câmara dos Deputados. Crivella chegou a dizer que a medida deveria ser promulgada antes da Semana Santa.

Haddad: reforma tributária será concluída este ano

Diogo Zacarias



Para Haddad, regulamentação da reforma será aprovada este ano

» RAPHAEL PATI*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse, ontem, acreditar que os projetos de lei complementar da reforma tributária sobre consumo sejam aprovados ainda este ano, mas após as eleições municipais de outubro. Em conversa com jornalistas, o ministro apontou que os projetos, em fase de elaboração pelo Grupo de Trabalho (GT) designado para definir a proposta, devem ficar prontos em abril, mas com tempo suficiente para serem aprovados em 2024.

Ainda ontem, o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), cobrou celeridade do governo, para uma votação ainda no primeiro semestre. Antes, portanto, do pleito eleitoral.

“Tem que aprovar até o ano que vem. Mas eu acredito que se [a proposta] for agora, em abril, para o Congresso, se nós tivermos um bom relator designado, eu penso que é possível chegarmos, após as eleições, com um entendimento”, disse Haddad.

Para o chefe da Fazenda, não haverá dificuldade para votação em 2024. “Eu acredito que seja possível. Obviamente que nós temos que votar tudo para 2026, aí não tem mais jeito. Mas é tempo suficiente. Eu acredito que é possível votar”, frisou o ministro.

Lira, por seu turno, afirmou que “a gente tem que resolver isso no 1º semestre”. Segundo o político, após isso, os parlamentares estarão todos voltados para as campanhas locais. “É factível, vamos para o detalhamento da reforma agora. É o que a gente chama de pente fino, é onde vai separar A de B, de C, de D, quais são as perspectivas”, afirmou o parlamentar no seminário Os Caminhos para a Mobilidade de Baixo Carbono para o Brasil, do qual Haddad também participou. Após o 1º semestre, segundo o deputado, as eleições “moverão os interesses de todos”.

Lira comentou que a reforma terá um relator diferente para cada projeto de lei de

regulamentação e que ainda não há uma definição. Haddad também não quis revelar possíveis nomes. “As pessoas sabem quem entende da matéria e estão especulando se não está havendo algum entendimento para ver quem vai ser [o relator]. Mas eu acredito que se forem da qualidade da Emenda Constitucional [132], vai ser bom”, pontuou, em referência aos relatores do texto principal da reforma tributária — Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) na Câmara e Eduardo Braga (MDB -AM) no Senado.

Imposto sobre a renda

O ministro da Fazenda também justificou o fato de não ter enviado ao Congresso, dentro do prazo que terminou ontem, a proposta de reforma da tributação sobre a renda. “Não adianta mandar uma coisa que não foi conversada antes. Chega ruim no Congresso e aí, em vez de ajudar o país a encontrar um caminho, atrapalha com um projeto ruim”, disse Haddad.

* Estagiário sob a supervisão de Edla Lula

SERPRO MINISTÉRIO DA FAZENDA GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

COMUNICADO SERPRO

Nos termos do Estatuto, o SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), com sede em SGM Quadra 601 Módulo V, COMUNICA através do presente edital, a Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 19/04/2024 às 10:30, conforme termos definidos no Art. 132 da Lei nº 6.404/76. Os documentos a serem aprovados estão disponíveis no site <https://www.transparencia.serpro.gov.br/acesso-a-informacao/contas-aneis/2023> e foram disponibilizados em ofício SEI datado de 15 de março de 2024.